



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis

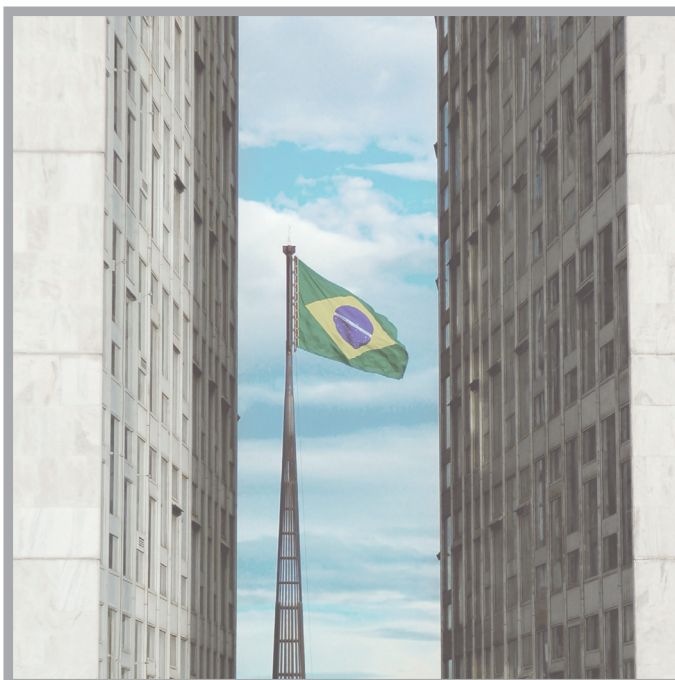


# Casas Legislativas do Brasil

O Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis



# Casas Legislativas do Brasil

O Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais

BRASÍLIA – 2012

# Ficha Técnica

## Coordenação Técnica

Pillar Pedreira – SSPLF – SINTER – Senado Federal

## Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Bruno Sartório – SSFAC – SINTER – Senado Federal

## Consultoria Editorial

Paula Cinquetti – SECS/Coordenação de Fotografia – Senado Federal

## Edição e Tratamento Fotográfico

Paula Cinquetti – SECS/Coordenação de Fotografia – Senado Federal

Ana Clara Rocha – SECS/Coordenação de Fotografia – Senado Federal

Raul Grilo – SEEP – Senado Federal

## Informações e Edição de Texto

### Assembléias Legislativas

Letícia Borges – SSFAC – SINTER – Senado Federal

Luiz Carlos Santana de Freitas – SSFAC – SINTER – Senado Federal

## Impressão

Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Senado Federal

Casas legislativas do Brasil : o Congresso Nacional e as assembléias estaduais. -- Brasília : Senado Federal, Secretaria Especial do Interlegis, 2012.  
132 p. : principalmente il. color.

1. Brasil. Congresso Nacional. 2. Distrito Federal (Brasil). Câmara legislativa. 3. Assembleia legislativa, história, Brasil.

CDDir 341. 253



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis



# Casas Legislativas do Brasil

O Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais





# Prefácio

A ideia do Parlamento, da representatividade, é, sem dúvida, o coração da democracia. Desde a primeira vez em que se falou em democracia, com as reformas de Solon, na Grécia, em 598 a.C., até hoje, podem dizer tudo do Parlamento, mas não se descobriu instituição melhor para se exercer o processo democrático. Churchill dizia que a democracia é muito ruim, mas não temos nada melhor.

A construção do Brasil começou, antes mesmo da Independência, com a convocação de uma Constituinte, com a noção de que o País teria que nascer dentro do Parlamento, como a instituição maior, do governo do povo, para o povo e pelo povo.

Na Grécia a Boulê e a Eclésia — o Conselho dos Quinhentos e a Assembleia do Povo — se reuniam em espaço aberto. Mas já em Roma surgiu a tradição de que as reuniões do Senado se fizessem em locais nobres. Com a volta do poder do Parlamento, a partir do tempo do Rei João da Inglaterra, a Casa do Parlamento vai adquirindo um caráter especial que exprime o papel que a instituição tem na sociedade democrática.

Reunindo nesta publicação as Casas Legislativas do Brasil, o Senado Federal presta, na figura de Oscar Niemeyer, arquiteto do Palácio do Congresso Nacional, uma homenagem aos seus construtores, que conceberam e edificaram estes locais solenes onde se exerce a democracia.

**Senador José Sarney**

Presidente do Senado Federal



# Apresentação

A compreensão sobre os parlamentos – apesar da visão crítica a respeito de parlamentares, partidos e sistemas –, é quase sempre superficial. Não raro, pouco se sabe sobre sua origem, os caminhos políticos percorridos ao longo dos tempos, e até mesmo sobre os prédios que ocuparam.

É com este intuito que surge esta obra, para trazer uma visão panorâmica sobre as estruturas e histórias dos parlamentos federal e estaduais.

Este livro é uma oportunidade rara de se ver reunidos os principais elementos caracterizadores do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, sem a abordagem crítica, política ou eleitoral, mas demonstrando o cuidado e o esmero com que foram estruturadas aquelas Casas Legislativas.

Só pelo registro das imagens – belas imagens das Assembleias, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – já seria uma honra poder apresentar esta edição. Mas ela vai além das fotos, trazendo a muitos a chance de conhecer um pouco mais da história do Legislativo do Brasil.

De se destacar, ainda, a imprescindível atuação da Secretaria Especial do Programa Interlegis, órgão da Câmara Alta, responsável pela integração do Poder Legislativo em suas esferas municipal, estadual e federal. Sem a atuação do Interlegis, não seria possível a edição desta obra.

**Senador Cícero Lucena**

Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Diretor Nacional do Programa INTERLEGIS





Dia 21 de abril de 1960. Naquela quinta-feira, o então Presidente Juscelino Kubitschek faz o que muita gente duvidava: inaugura a nova capital e, a partir daí, o Poder Legislativo ganha uma nova sede, o Palácio do Congresso Nacional, talvez o mais representativo cartão postal de Brasília.

Desde a criação do Poder Legislativo no Brasil, é a primeira vez em que Câmara dos Deputados e Senado Federal se localizam num mesmo prédio. As cúpulas invertidas – a do Senado para baixo e a da Câmara para cima – e as cores do tapete que dão nome aos salões Azul e Verde, demonstram sua autonomia, mas as duas Casas passaram a ter uma vida em comum. O acesso a ambas também é o mesmo, pela rampa do Salão Negro.

Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o conjunto do Congresso, na Praça dos Três Poderes, é composto pelas sedes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. São duas torres de 28 andares, que formam o edifício mais alto do Plano Piloto de Brasília; as duas cúpulas, que abrigam os plenários do Senado e da Câmara; os espelhos d'água e vários anexos.

Nas palavras do próprio arquiteto, a definição de sua concepção arquitetônica para a obra:

*“Arquitetura não constitui uma simples questão de engenharia, mas uma manifestação do espírito, da imaginação e da poesia.*”

*No Palácio do Congresso, por exemplo, a composição se formulou em função desse critério, das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres, da oportunidade visual e das perspectivas e, especialmente, da intenção de lhe dar o caráter de monumentalidade, com a simplificação de seus elementos e a adoção de formas puras e geométricas. Daí decorreu todo o projeto do Palácio e o aproveitamento da conformação local, de maneira a criar no nível das avenidas que o ladeiam uma monumental esplanada e sobre ela fixar as cúpulas que deviam hierarquicamente caracterizá-lo.*

*Tivesse estudado o Palácio com espírito acadêmico, ou preocupado com as críticas, e ao invés dessa esplanada, que a muitos surpreende pela sua imponência, teríamos uma construção em altura, que hoje se estende em profundidade, além do edifício, acima da esplanada, entre as cúpulas, abrangendo a Praça dos Três Poderes e os demais elementos arquitetônicos que a compõem, somando-se plasticamente e tornando, assim, a perspectiva do conjunto muito mais rica e variada.*

*A cúpula da Câmara dos Deputados demandava um estudo cuidadoso que a deixasse como que apenas pousada sobre a esplanada, isto é, a cobertura do prédio; o mesmo acontecia com esta última, cujo topo é tão fino que ninguém imagina constituir, internamente, a galeria do público que liga os dois plenários.*

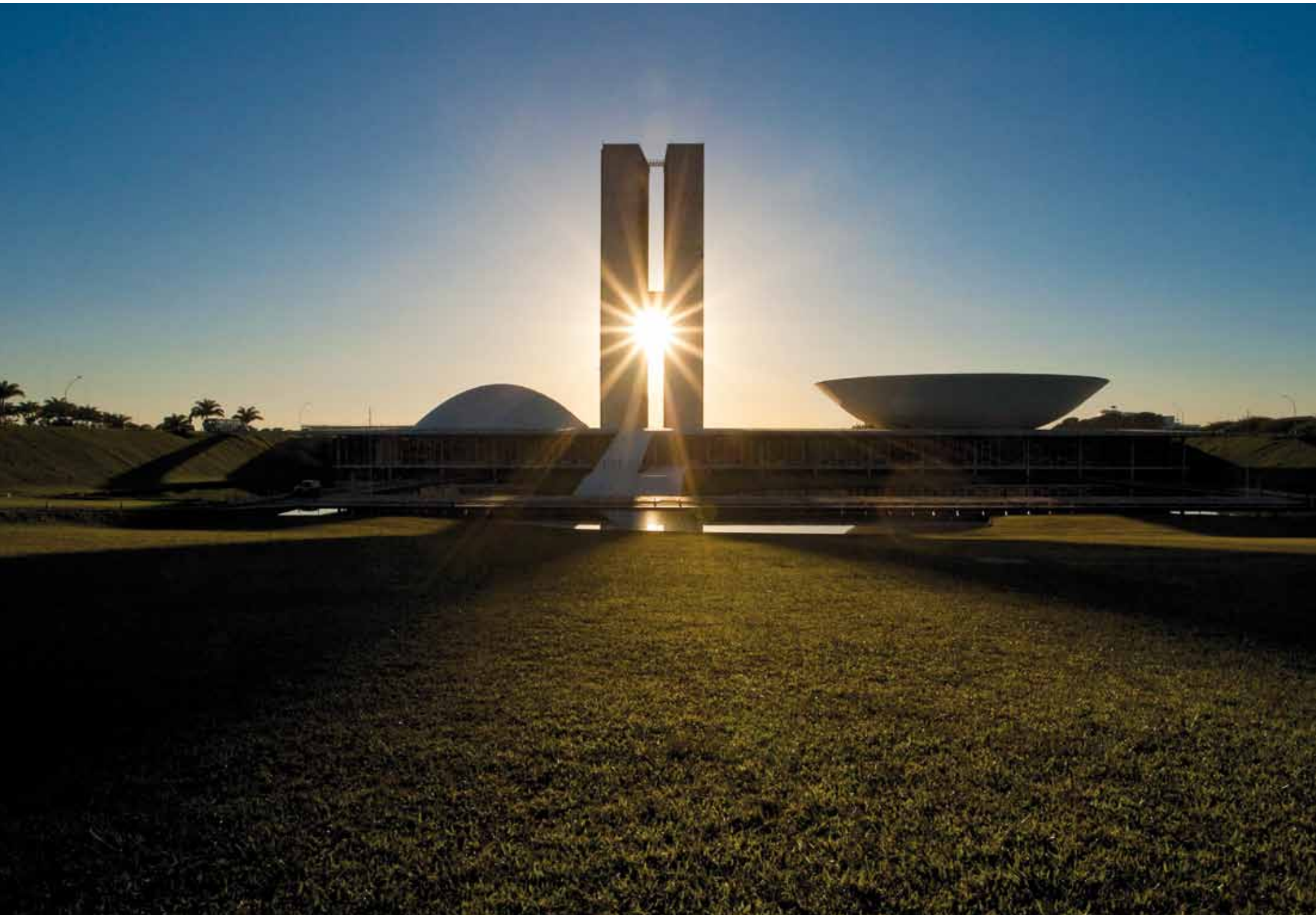
*Internamente, o projeto procura criar os grandes espaços livres que devem caracterizar um palácio, para isso utilizando elementos transparentes que evitam transformá-los em pequenas áreas.*

*A forma arquitetônica – mesmo contrariando princípios estruturais – é funcional quando cria beleza e se faz diferente e inovadora.”*

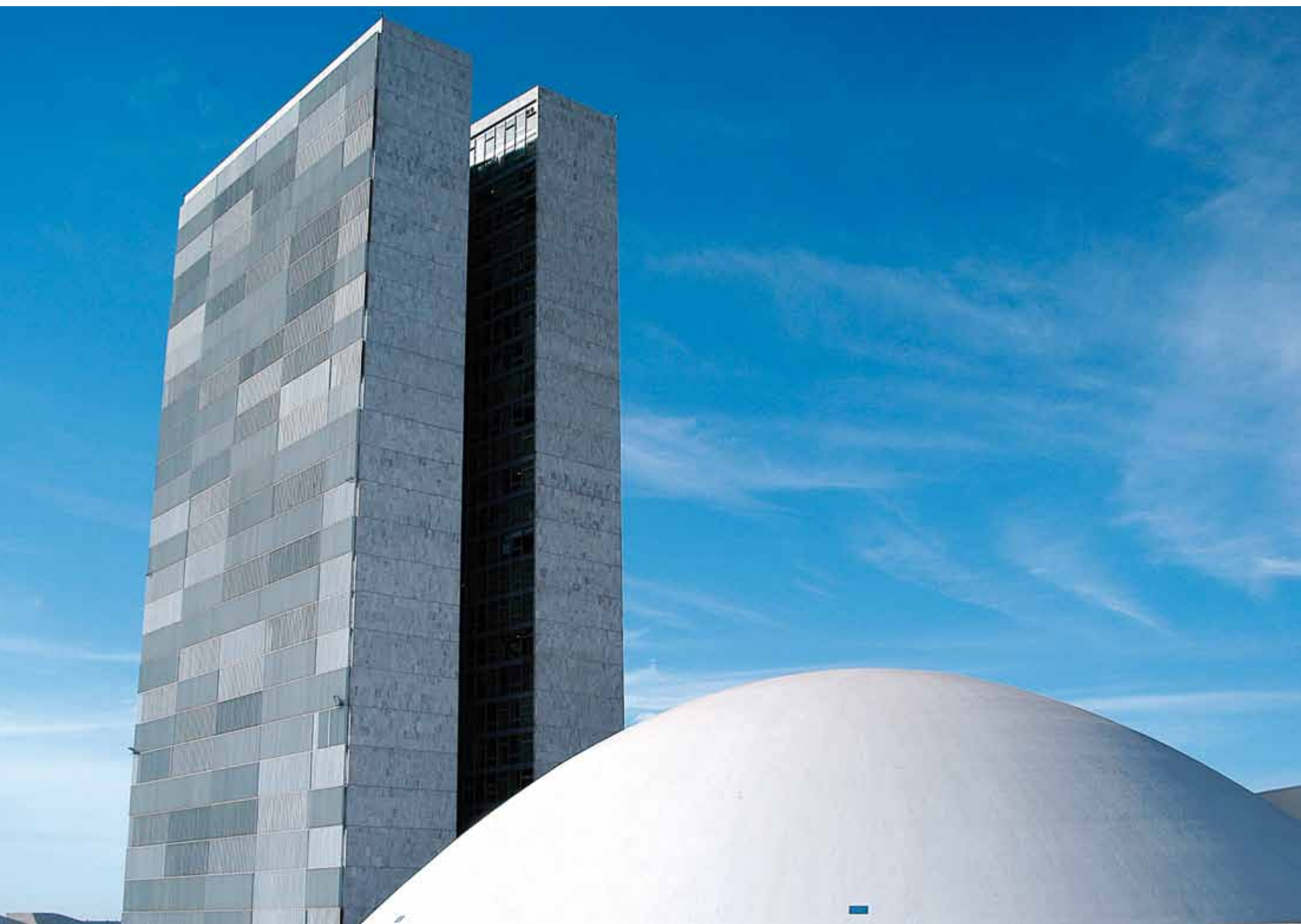
*Oscar Niemeyer*











Em 2011, o Senado da República completou 185 anos – sua primeira sessão foi em maio de 1826. Em tanto tempo, natural que passasse por muitas mudanças e transformações, mas sempre preservando o espírito da sua criação e a razão de sua existência: o equilíbrio da Federação.

Por isso, hoje, naquele prédio arrojado que a partir de 1960 passou a ser sua sede, num plenário coberto por 135 mil plaquetas de alumínio que encantam os visitantes (sua função é a de melhorar a acústica e a iluminação), sentam-se 81 senadores, três por Estado, independentemente de seu tamanho ou população.

Quem vê a obra pronta – um marco na arquitetura mundial - não faz ideia das dificuldades que tiveram que ser transpostas para dar forma ao que contrariava as normas técnicas de então, além da urgência em vista da inauguração da nova capital. A cúpula virada para baixo, por exemplo, requereu cálculos que até hoje não são completamente conhecidos.

A partir de 1970, o prédio do Senado passa por várias intervenções internas e externas. A construção de novos prédios e a distribuição de setores em cinco anexos adaptou-o à dinâmica do seu uso, crescimento da estrutura e incorporação das mudanças tecnológicas, como a criação do sistema de comunicação, a instalação do Interlegis, o desenvolvimento da gráfica e da Secretaria de Informática (Prodasen), a estruturação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Sistema Integrado de Saúde (SIS).

Em praticamente todos os recintos, há obras de arte ou históricas, como no Salão Nobre, que abriga o Museu Histórico do Senado Itamar Franco. No Salão Azul, destaca-se a Praça das Bandeiras, onde estão expostos os estandartes de cada unidade da federação, seguindo a ordem da constituição de cada Estado.









A Câmara dos Deputados separa-se do Senado a partir do Salão Negro, que conduz às galerias e aos plenários de cada Casa. Do lado direito, o da Câmara, na parede revestida em mármore branco, está gravado um trecho do discurso pronunciado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, ao sancionar a lei que fixou a data de mudança da Capital.

A Câmara tem o seu Salão Nobre, onde visitantes estrangeiros são recepcionados e onde há belos exemplares do mobiliário moderno e obras de arte compondo o ambiente.

O Salão Verde é um dos espaços mais conhecidos por quem acompanha as atividades da Câmara, já que é ali que se concentram e se movimentam jornalistas e deputados. Ele possui cerca de dois mil metros quadrados e dá acesso ao plenário e à Presidência da Casa. Neste espaço ainda há um jardim interno, concebido pelo artista plástico Burle Marx, com painéis em azulejo de Athos Bulcão.

Este espaço, no entanto, não estava previsto no projeto original, que permitia uma visão aberta da Praça dos Três Poderes. Há também duas maquetes da estrutura física do Congresso, sendo uma tátil, e obras

de consagrados artistas plásticos, como Di Cavalcanti.

O plenário da Câmara abriga, além de votações, a posse do presidente e do vice-presidente da República. Ele possui 396 assentos – número inferior aos atuais 513 deputados – e as tribunas da imprensa e de honra. O painel localizado atrás da Mesa Diretora, confeccionado em metal e placas esmaltadas em amarelo e verde, é de autoria de Oscar Niemeyer e Athos Bulcão.

O prédio da Câmara também passou por diversas reformas e intervenções, que ampliaram sua área (hoje cerca de 135 mil quilômetros quadrados, excluídos jardins externos e estacionamentos). Na mais recente, foram encontrados recados escritos pelos operários participantes da construção do prédio nas paredes de uma galeria abaixo da cúpula.

Seus quatro anexos são ligados ao edifício principal por corredores, esteiras e escadas rolantes. Eles abrigam órgãos administrativos, salas das comissões, departamento médico e os gabinetes. No 10º andar deste último, tem-se uma ampla visão da Praça dos Três Poderes e é possível conhecer uma capela também projetada por Oscar Niemeyer.



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO ACRE

O Poder Legislativo do Acre é jovem: a Assembleia Legislativa foi instituída em 15 de junho de 1962. No dia 7 de outubro daquele ano foram eleitos 15 deputados, que elaboraram a primeira Constituição estadual.

A Assembleia ocupou, então, alguns prédios públicos até ter sua sede própria em 1976, no centro da capital, em frente à sede do Executivo, o Palácio Rio Branco, e do Palácio da Justiça. Em 1992, um incêndio no prédio obrigou-a a se mudar provisoriamente por dois anos.

Alguns anos depois, passou por uma grande reforma, num projeto arquitetônico desenvolvido para aliar modernidade e valores amazônicos tradicionais. Em outubro de 2009, a sede é reinaugurada, passando a dispor de melhor estrutura para parlamentares, funcionários e comunidade. O mobiliário de madeira foi adquirido de empresas locais, com o apoio da Fundação de Tecnologia do Acre.

Naquela ocasião, foi inaugurada também uma estátua de Luiz Galvez, idealizador do Estado Independente do Acre (1899) e herói da Revolução Acriana, com a bandeira original do Estado criada por ele. No hall de entrada, mais uma homenagem ao primeiro e único presidente da República do Acre e o primeiro legislador do Estado.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE ALAGOAS

É uma construção de 1851, inaugurada ainda no reinado de D. Pedro II, que funciona a Assembleia Legislativa de Alagoas, conhecida como Palácio Tavares Bastos, no centro de Maceió. Com o passar dos anos, o prédio foi se tornando pequeno para as atividades parlamentares. Ganhou, então, anexos nas laterais e no fundo do terreno, onde passaram a funcionar os gabinetes dos deputados.

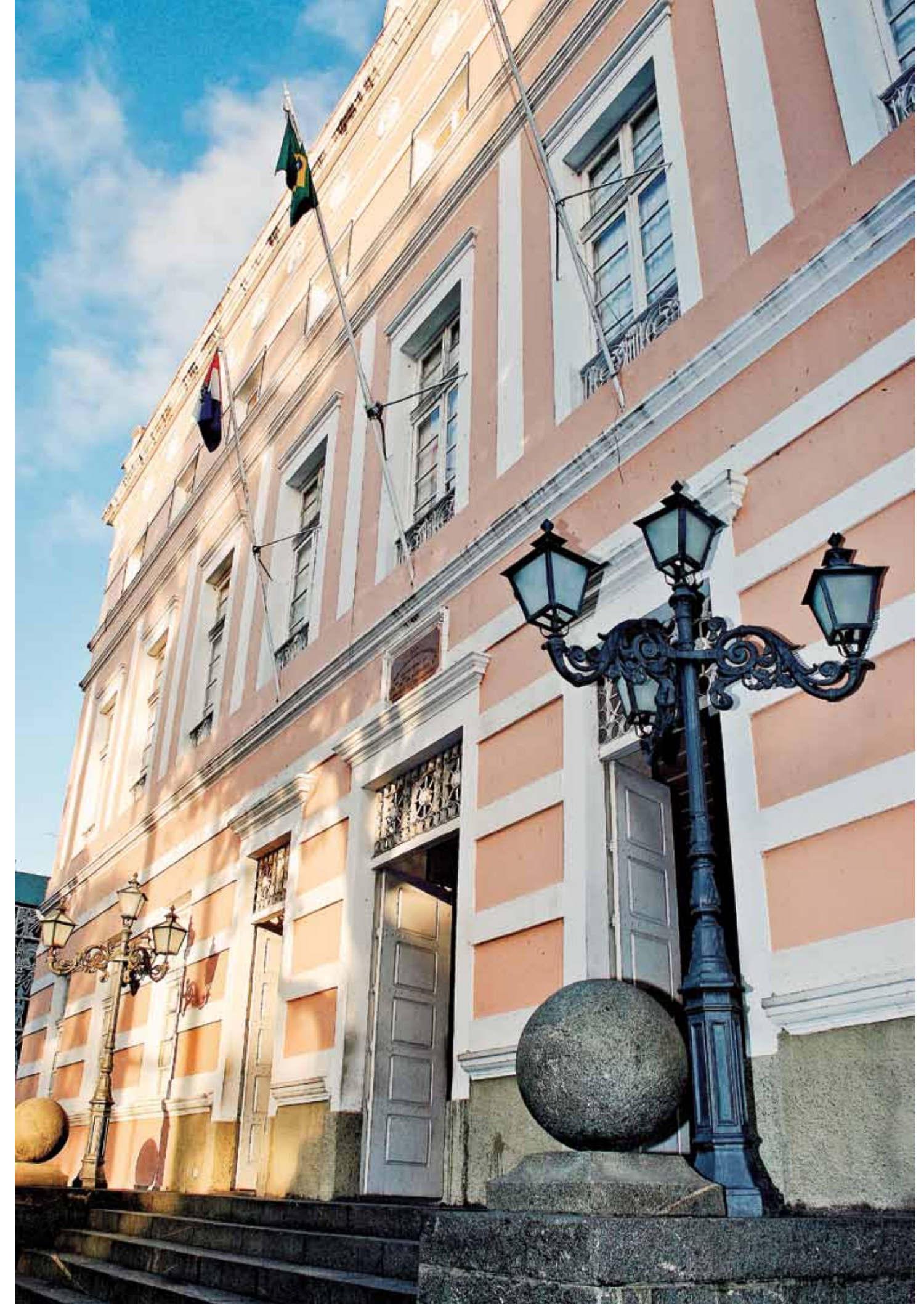
O resultado não apenas descaracterizava como desvalorizava o prédio no contexto urbano, arquitetônico e cultural. E sequer era suficiente para acomodar parlamentares e funcionários.

Em 2008, abriu-se uma licitação, em busca de uma solução para o problema, agravado pela falta de espaço no local. Mário Aloísio Melo, o vencedor, optou por manter e reestruturar construções antigas, tanto que a área construída foi de pouco mais de 1,3 mil metros quadrados. Rampas e passarelas interligaram as partes às vezes desconexas.

O grande diferencial, porém, foi o uso de um painel vazado de alumínio que unificou os blocos secundários, dando unidade e devolvendo ao prédio sua importância na paisagem. Além disso, proporcionou um contraste entre o velho e o novo, sem, ainda, desprezar a cultura popular.

Isto porque o painel – de seis metros de altura e 200 de extensão – possui 2.400 módulos de 80x80cm, feitos com alumínio reciclado fundido, que repetem 80 desenhos do artista plástico J. Maciel, inspirados na xilogravura dos livros de cordel (segundo informações do escritório Traço Planejamento e Arquitetura, a que pertence o projeto vencedor).

Para atender às necessidades mais recentes, a exceção ficou por conta da abertura de uma sala para a imprensa na parte de trás do plenário e da instalação do estúdio da TV Assembleia na porção frontal.











O Amapá foi território federal até a promulgação da Constituição de 1988, quando passa à condição de Estado. A primeira eleição, portanto, só ocorreu em 1990, e a posse em 1º de janeiro de 1991, quando foram empossados os 24 deputados estaduais e o primeiro governador eleito.

Neste momento, também foi instalada a Assembleia Legislativa Constituinte, que promulgou a Constituição do novo Estado em 20 de dezembro do mesmo ano.

Já nesta ocasião, o Legislativo amapaense ocupava a mesma sede de hoje, localizada no Eixo Administrativo da capital, Macapá. Ela é representada por uma arquitetura moderna; o bloco anexo, que acomoda o plenário, tem forma poliédrica regular, sustentado por colunas de concreto, circundado por jardins com lâmina d'água.

A construção do Anexo, no entanto, ficou paralisada, mas será retomada, pois o edifício atual, de mais de 20 anos, ficou acanhado para as novas demandas. O prédio terá oito níveis, além de estacionamento no subsolo.

Para os gabinetes dos parlamentares, serão reservados três andares. Haverá ainda dois miniplenários para as comissões permanentes, restaurante e sala para eventos. A execução da obra ficará a cargo da própria Assembleia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAPÁ









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

O Poder Legislativo do Amazonas funcionou, inicialmente, de forma improvisada em vários prédios públicos, até a inauguração do Palácio Rio Branco, em 1972, hoje funcionando como um importante centro turístico e cultural no centro de Manaus. Desde 2006, a sede da Assembleia Legislativa é o Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque.

A nova sede, inaugurada em 28 de junho de 2006, tem uma área construída de mais de 15 mil metros quadrados (a área total do terreno é de 38 mil metros quadrados) e está localizada na Avenida Mário Ypiranga Monteiro (antiga Rua Recife).

Apesar da imponência do conjunto, sua construção ocorreu em tempo recorde: nove meses. São sete andares e dois anexos, onde funcionam centros técnicos e administrativos, além do centro de saúde, academias, quadras de esporte, estacionamento e a Escola do Legislativo. O projeto da obra é do arquiteto Sérgio Augusto Cruz de Oliveira.

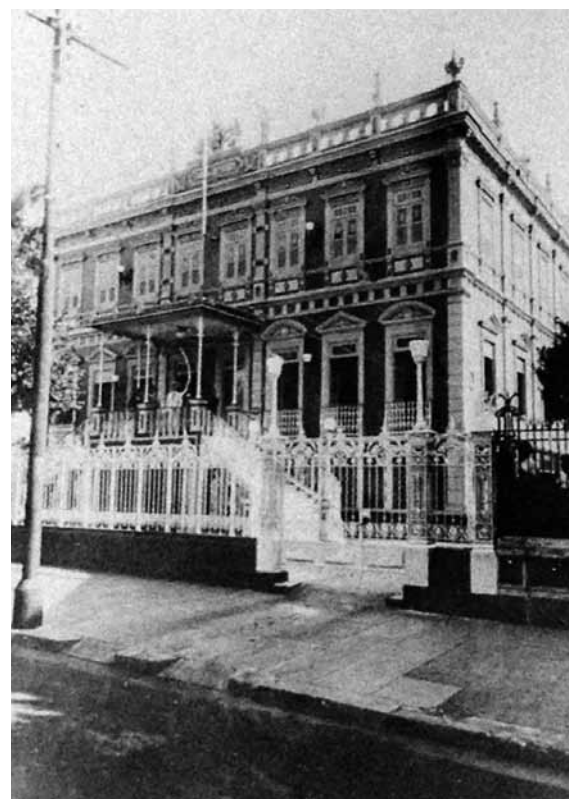
Com a nova sede, o Legislativo amazonense quer se tornar o primeiro totalmente certificado pelas normas de qualidade, conquistando as certificações ISO 9000 (normas administrativas), ISO 14000 (gerenciamento ambiental) e ISO 18000 (segurança do trabalho).











A construção de um prédio para abrigar o Legislativo da Bahia foi uma preocupação desde tempos remotos, como demonstra uma planta de 1876, que nunca foi executada. No início do século passado, o Governo estadual chegou a adquirir um terreno para esse fim, mas acabou dando lugar à Biblioteca Pública.

Desde então, o Legislativo estadual, em suas diversas denominações, passou por vários prédios históricos, até o fechamento pelo Governo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945. De 1947 até 1960, a Assembleia ficou instalada no Palacete Machado, que já tinha ocupado antes. Depois, abrigou-se em sedes provisórias até 1974, quando pôde ser instalado numa sede própria, construída para abrigá-la, no Centro Administrativo da Bahia.

Inaugurado em março, o Palácio da Assembleia – que em 1988 passou a se chamar Luís Eduardo Magalhães, em homenagem ao deputado morto naquele ano – foi o primeiro prédio construído especificamente para sediar a Assembleia.

Inspirado na arquitetura pré-colombiana, o prédio vazado envolve a pirâmide estilizada onde funciona o plenário. Ainda em 1974, ganhou um anexo, ao qual veio se juntar outro e uma lâmina, em 2004, formando o Complexo Barbosa Romeo.

Em 1978, três incêndios atingiram a Assembleia, sendo que o terceiro, de maior proporção, atingiu o plenário e fez com que os trabalhos fossem temporariamente transferidos para um prédio vizinho.

O incêndio atingiu também importantes obras artísticas, que foram restauradas depois. Entre elas, a arte mural do artista Carybé – um trabalho de 198 metros quadrados, feito em concreto, que retrata aspectos culturais e históricos da Bahia. Um grande painel situado no interior do plenário, intitulado “Procissão do Bom Jesus dos Navegantes”, de Carlos Bastos, recebeu uma segunda versão, já que a primeira havia sido consumida pelo fogo em 1978.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DA BAHIA





Assembleia Legislativa do Estado da Bahia





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

O Poder Legislativo do Ceará atravessou, em seus mais de 170 anos de existência, diversos períodos da história cearense e brasileira, do Império à República. Desde 1871, ficou instalado no imponente Palácio Senador Alencar, hoje tombado pelo Patrimônio Histórico e abrigando o Museu do Ceará.

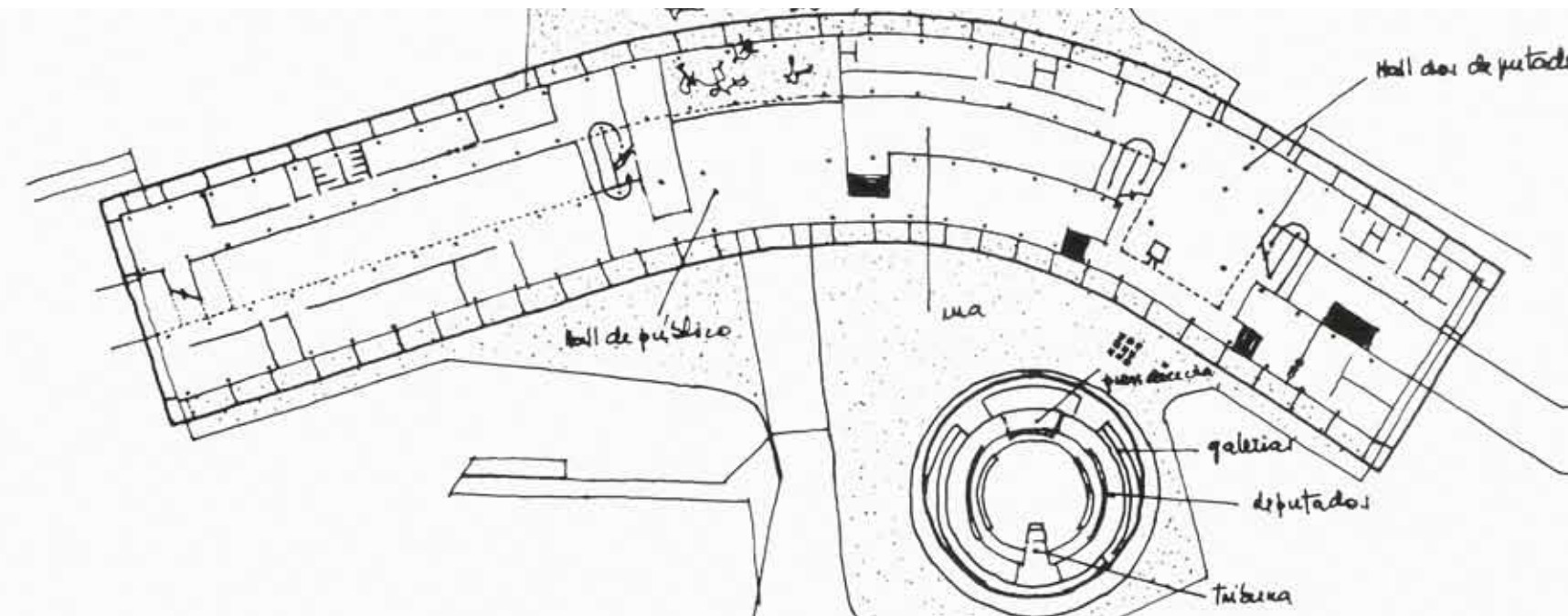
Em 1977, os deputados despediram-se da centenária sede e transferiram-se para o Palácio Deputado Adauto Bezerra, solenemente inaugurado pelo então Presidente Ernesto Geisel em 12 de maio daquele ano.

À época, o igualmente majestoso edifício ocupava uma área de 23 mil metros quadrados, onde foi preservada a vegetação existente. O prédio, com cinco pavimentos, contava com 10,4 mil metros quadrados de área construída, 1.200 metros quadrados do plenário – que

sofreu várias modificações posteriores – e o restante do bloco administrativo.

Desde então, o Palácio tem recebido melhoramentos, obedecendo aos requisitos técnicos do projeto original, de autoria de José da Rocha Furtado Filho e Roberto Castelo. O desenho original da sede da Assembleia, porém, já não é mais o mesmo, pois as instalações não comportaram as necessidades surgidas desde então.

O conjunto contempla ainda um anexo com oito pavimentos – uma torre em forma de cilindro – no qual funcionam diversos órgãos legislativos e administrativos; e um centro multiuso, de seis pavimentos (dois no subsolo), construído no quarteirão ao lado da sede, que abriga, entre outros, a Universidade do Parlamento Cearense.











CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL



**B**rasília não é uma cidade comum. E a história da sua representação política não seria diferente. Somente depois de muita luta, os brasilienses conquistaram o direito de votar. A primeira eleição foi em 1986, mas apenas para o Congresso Nacional: três senadores e oito deputados.

A eleição local ocorreu quatro anos depois e mostra outra peculiaridade à sua denominação: nem Assembleia Legislativa, nem Câmara Municipal, mas Câmara Legislativa, dada a sua competência mista entre cidade e estado. Os 24 parlamentares são chamados de deputados distritais, já que representam não apenas o chamado Plano Piloto, mas todo o Distrito Federal, com suas regiões administrativas.

Antes, a partir da década de 60, comissões da Câmara e do Senado tiveram a incumbência de tratar dos assuntos do Distrito Federal, sendo que, a partir de 1967, esta passou a ser uma atribuição exclusiva do Senado. E foi perante ele que, em 1º de janeiro de 1991, os novos deputados tomaram posse.

A Câmara, então, passou a ocupar uma sede provisória, onde ficou vinte anos. A construção da nova sede teve início em 2001, mas só foi concluída em 2010.

A sede, cujo projeto foi escolhido em concurso público, localiza-se no Eixo Monumental, uma das principais vias da cidade, junto ao Palácio do Buriti, sede do Executivo, e ao Palácio da Justiça. Forma-se, assim, uma configuração análoga à Praça dos Três Poderes, que reúne o Congresso, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, no lado oposto do Eixo.

Segundo os arquitetos do Projeto Paulista de Arquitetura, ganhadores do concurso, trata-se de “uma situação urbana muito específica, onde é onipresente uma lógica urbanística e arquitetônica modernista e simbólica”.

O edifício organiza-se em diferentes planos: o plenário num volume semicircular, dominando o conjunto; duas praças públicas; uma lâmina com os gabinetes e a parte administrativa; e, ainda, o espaço para comissões e auditórios.

As praças são separadas por um muro diagonal. Uma, de caráter cívico, é aberta para o Eixo Monumental, enquanto a outra funciona como um espaço de encontro e convívio para quem trabalha ou passa por ali.









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A história da Assembleia Legislativa do Espírito Santo – do ponto de vista de sua sede – parece ser uma exceção, por ter se mantido por muitos anos no mesmo local. Desde a instalação da Assembleia Provincial em 1835, passando pela Proclamação da República em 1889 e as recorrentes dissoluções da Casa até 1912, ocupou um prédio no centro de Vitória. De 1912 até o ano 2000, ela se estabeleceu no recém construído Palácio Domingos Martins. O nome se deve a um capixaba considerado mártir – foi executado a mando de Portugal – e um dos heróis da libertação do Brasil.

O Palácio foi erguido num dos quarteirões mais antigos de Vitória, onde antes fora a Igreja da Misericórdia, da qual o arquiteto André Carloni aproveitou paredes e alicerces. Em 1908, ele buscava negar a influência portuguesa, substituindo-a pelo ecletismo europeu. Na mesma praça há outros prédios públicos do mesmo período.

Com o passar dos anos, porém, o Palácio já não tinha mais condições de abrigar o Legislativo, sobretudo porque, sendo tombado como patrimônio histórico, não poderia receber as reformas necessárias para a sua modernização.

Mantido o nome, o novo prédio foi inaugurado em 2000, na Enseada do Suá, numa área de 14 mil metros quadrados. O projeto arquitetônico, de estilo moderno, foi de responsabilidade da Dávila Arquitetura. As pastilhas do prédio fazem alusão à bandeira do Estado, nas cores azul e rosa. Uma estátua de Domingos Martins, logo na entrada, recepciona os visitantes.

O prédio tem espaço de eventos, três plenários com galerias, dois auditórios, salão nobre e três espaços de arte. Já foi concebido prevendo o caso de eventual ampliação do número de deputados. Neste complexo, circulam, em média, duas mil pessoas por dia.











O Poder Legislativo de Goiás passou por diferentes edifícios desde a República Velha. Ainda quando a capital era a Cidade de Goiás, sua primeira sede foi um prédio na Rua da Abadia. Na primeira metade do século passado, ficou parte do tempo fechada e foi reaberta em 1947, já na nova capital, Goiânia.

Funcionou provisoriamente no prédio do Museu Histórico, na Praça Cívica, mas as limitações do local fizeram com que fosse transferido para o Palácio da Pecuária, também no centro da capital, até que, em 1962, é transferida para a sede atual. Como se situava na Alameda dos Buritis, foi chamada de Palácio dos Buritis – nome mais tarde mudado para Palácio Alfredo Nasser.

O edifício foi projetado pelos arquitetos Eurico Godói e Elder Rocha Lima, mas sofreu várias intervenções que alteraram o projeto original, inspirado nas teorias de Le Corbusier, contendo pilotis, dois andares e cobertura. A estrutura da fachada era baseada em plano livre, com a marcação estrutural por meio de colunas recuadas e arredondadas.

Nos últimos anos, a proposta arquitetônica original, bem diferente do padrão predominante nos demais prédios da administração pública goiana, tem sido resgatada. Atualmente, o Palácio Alfredo Nasser conta com quatro blocos interligados internamente, jardim interno, dois auditórios e um plenário, além de instalações para os deputados, as comissões permanentes, os setores administrativos e um amplo salão onde, frequentemente, realizam-se eventos culturais.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO MARANHÃO



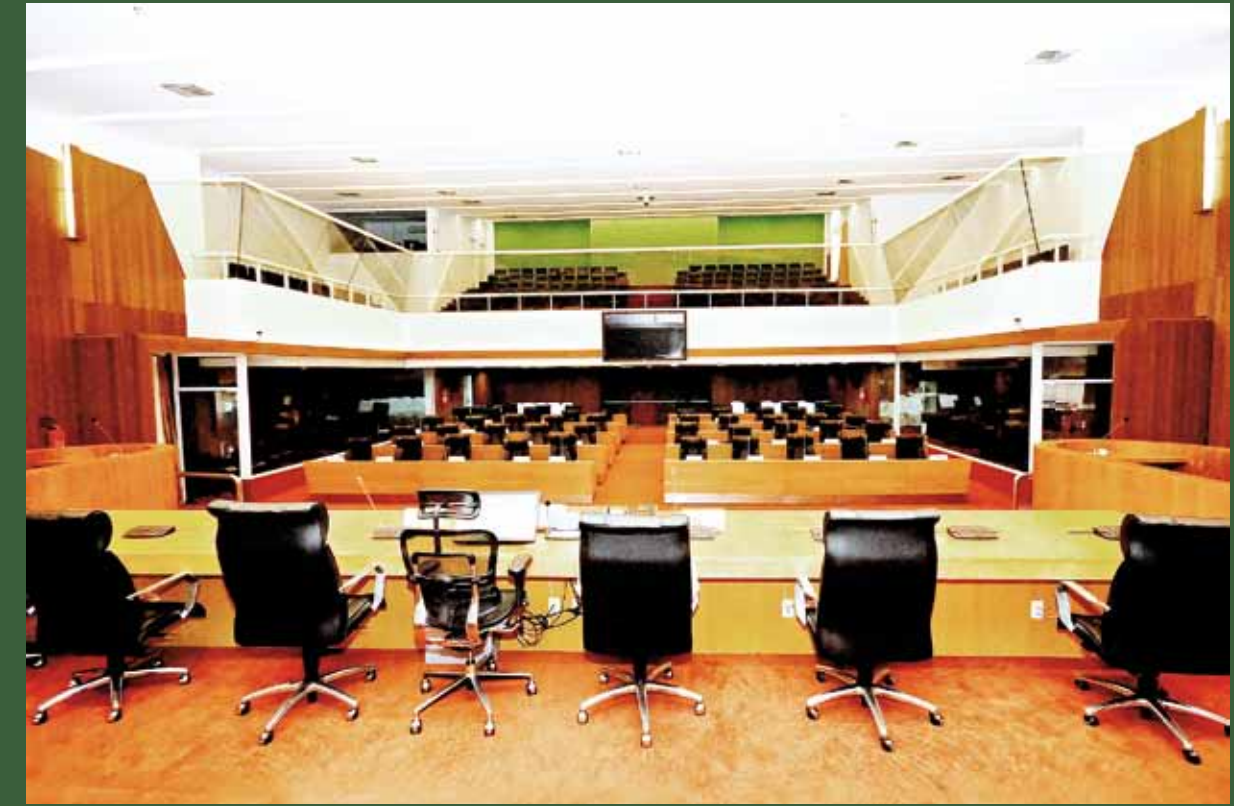
Os fatos históricos e os movimentos políticos mais relevantes, envolvendo a Assembleia Legislativa do Maranhão, nos últimos dois séculos, ficaram encantados em sua antiga sede, no Centro Histórico de São Luís. Ali se eternizaram, integrando a trajetória de uma cidade que chega ao século XXI comprometida com seu passado, sua história e suas tradições.

O impeachment do governador Aquiles Lisboa, a “Greve de 1951”, a cassação de deputados pelo AI-5, a escolha do Colégio Eleitoral para eleição do Presidente da República, integram a memória de bravura e a identidade da Assembleia, instalada como Assembleia Legislativa Provincial, em 1835.

Até meados do Século XX, a fachada de sua antiga sede, no Centro Histórico, tinha a austeridade da arquitetura neoclássica. Sofreu, então, modificações e suas formas, elegantes e sóbrias, deram lugar a uma composição moderna, sem qualquer compromisso com o seu entorno.

Projeto de Acácio Borsoi e Janete Costa, a atual sede, em área limítrofe a uma reserva ambiental, foi inaugurada em 2008. Suas formas arquitetônicas, comprometidas com a funcionalidade, consagram a elegância das linhas e dos ângulos retos e refletem em sua fachada, na comunhão de seus espelhos, as nuances verdes da flora que a circunda, sem competir com sua vegetação, em volumetria ou forma. Mas buscando harmonizar-se com toda a sinfonia de sons, de cores; com a biodiversidade que a envolve e acolhe. Iluminação e ventilação natural constituem elementos de realce em sua planta arquitetônica, permeando os três blocos que integram o projeto, banhando de luz e vento suas áreas de circulação interna.









O Parlamento de Mato Grosso foi instalado em Cuiabá e não na capital da Província, a cidade de Mato Grosso. Herdou o casarão colonial do Conselho Geral da Província, ao qual as Assembleias Legislativas Provinciais substituíram, e, em julho de 1835, iniciou suas atividades. Uma das primeiras iniciativas foi oficializar a transferência da capital para Cuiabá. Nessa sede permaneceu por 102 anos, promulgou as duas primeiras Constituições do Estado, testemunhou a transição da monarquia, atestou a instalação e a consolidação da República e vivenciou dois hiatos de nossa democracia: 1930 a 1935 e 1937 a 1947.

Em 1947, voltou a funcionar num espaço destinado à Assembleia Legislativa, no Palácio da Justiça, sede do Judiciário – edificação que compôs o pacote de obras oficiais da era Vargas, com arquitetura de transição da arte déco para a moderna. Por 25 anos, esse foi o palco das decisões e as promulgações de mais três Cartas.

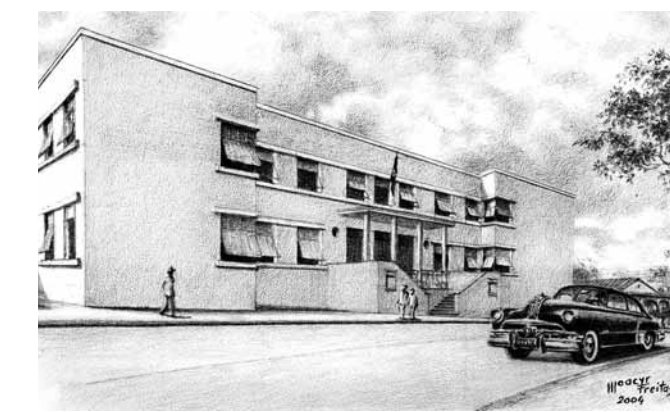
Em 1972, é inaugurada a terceira sede, no Campo D’Ourique, espaço histórico e de manifestações populares. De um concurso regional vencido pelo arquiteto Dirceu da Costa Soares e pelo engenheiro Cássio Veiga de Sá, foi edificado, com linhas modernas e monumentos destacando o centro geodésico da América do Sul, o Palácio Filinto Müller que abrigou a Assembleia por 33 anos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MATO GROSSO

Em 2005, vizinha a uma área de proteção permanente, é inaugurada a sede atual, um conjunto arquitetônico moderno, que atende ao conceito de sustentabilidade e acessibilidade, com sistema de tratamento de efluentes e aproveitamento da água da chuva, coleta seletiva e reciclagem de materiais.

A sede da Assembleia fica no Centro Político Administrativo de Cuiabá, junto aos demais poderes. Situa-se num terreno de mais de 36.000 m<sup>2</sup> com área construída de 21.100 m<sup>2</sup>. O projeto original é da arquiteta Tânia Trevisan e a ampliação, do arquiteto Pedro Willi Kirst, que concebeu o teatro e a torre da TVAL, ícone da edificação.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

A Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul tem origem na instalação da Assembleia Estadual Constituinte, empossada em 1º de janeiro de 1979 para elaborar a Constituição do novo Estado. Provisoriamente, os 18 deputados se instalaram nas dependências do prédio da “Missão Salesiana”, na Avenida Barão do Rio Branco em Campo Grande.

Em maio de 1986, instalou-se no Palácio Presidente Tancredo Neves, atualmente denominado Palácio Guaicurus. Ele fica localizado no Parque dos Poderes, onde também se encontram as sedes do Executivo e do Judiciário estaduais.

O Palácio Guaicurus dispõe de amplas e modernas instalações que abrigam, além dos 24 deputados, plenário com

capacidade para mais de 300 pessoas, plenarinho, o saguão com painéis de paisagens do Estado, galerias com fotos de deputados, serviço de saúde. De autoria do arquiteto Jurandir Nogueira, o projeto tem linhas sóbrias e modernas, e o prédio, cercado de verde, é visitado por cerca de oito mil pessoas ao mês.

O prédio está passando por uma ampliação para abrigar a TV Assembleia e a Escola do Legislativo Senador Ramez Tabet.

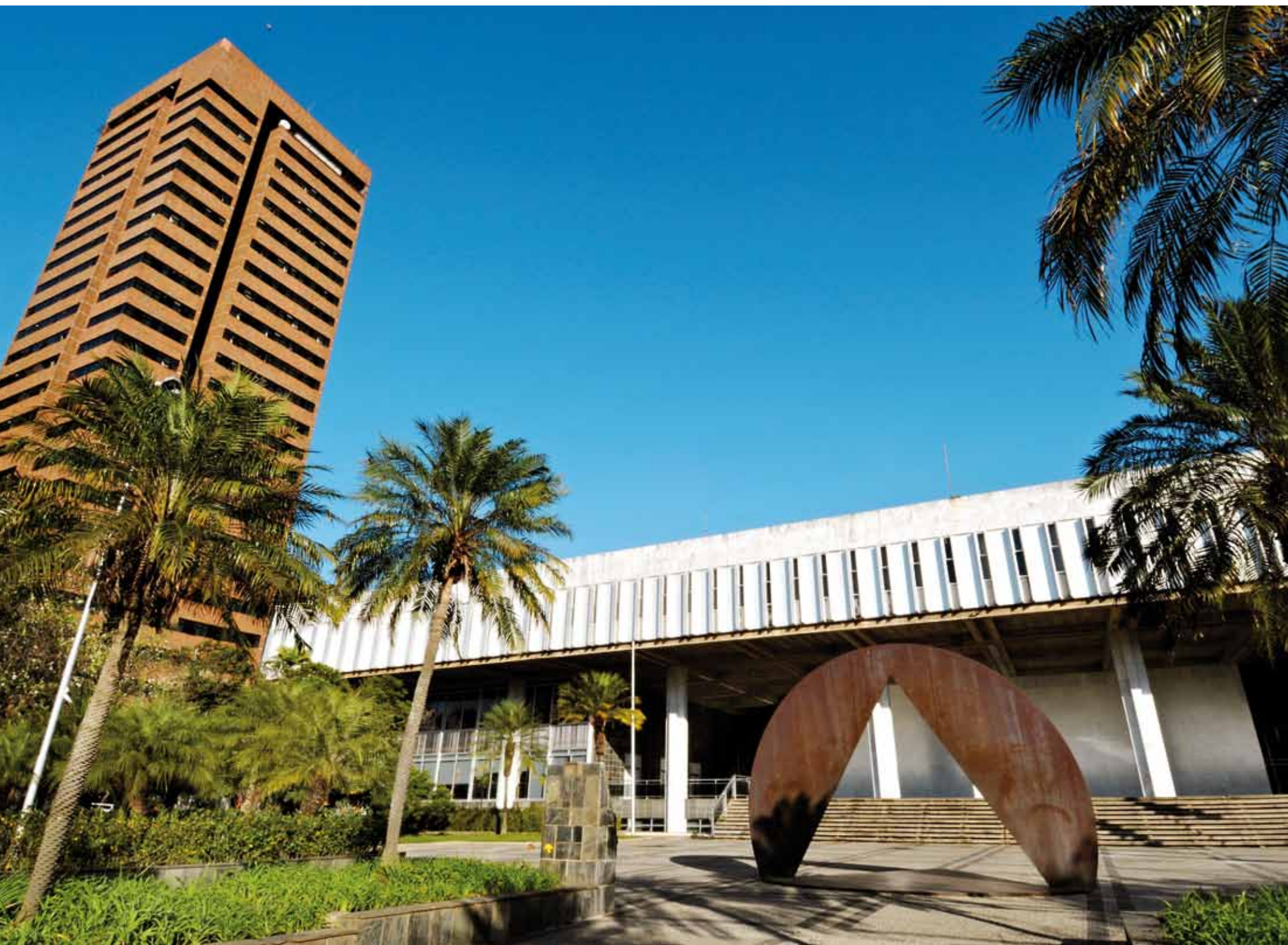
A denominação da sede do Legislativo de Mato Grosso do Sul é uma homenagem a uma das principais tribos da região, tidos como grandes guerreiros, que aprenderam a usar o cavalo como montaria e o manejo do gado, tornando-se os primeiros fazendeiros do Estado.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A história do Poder Legislativo em Minas Gerais começa em 1835, com a instalação da Assembleia Legislativa Provincial, em Ouro Preto, então capital do Estado. Com a transferência da capital para Belo Horizonte (inicialmente chamada Cidade de Minas) em 1897, o Parlamento também mudou-se e ocupou provisoriamente, até 1905, um prédio na Avenida Afonso Pena. Depois, fixou-se na Praça da República (hoje Praça Afonso Arinos), também no centro da capital.

A Assembleia Legislativa de Minas foi mais uma a passar por um incêndio, em 1959, que destruiu o prédio com a maior parte dos arquivos e mobiliário da Casa. Provisoriamente, ocupou um imóvel emprestado.

No dia 1º de março de 1972 foi inaugurada a nova sede, o Palácio da Inconfidência – projeto dos arquitetos Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman,

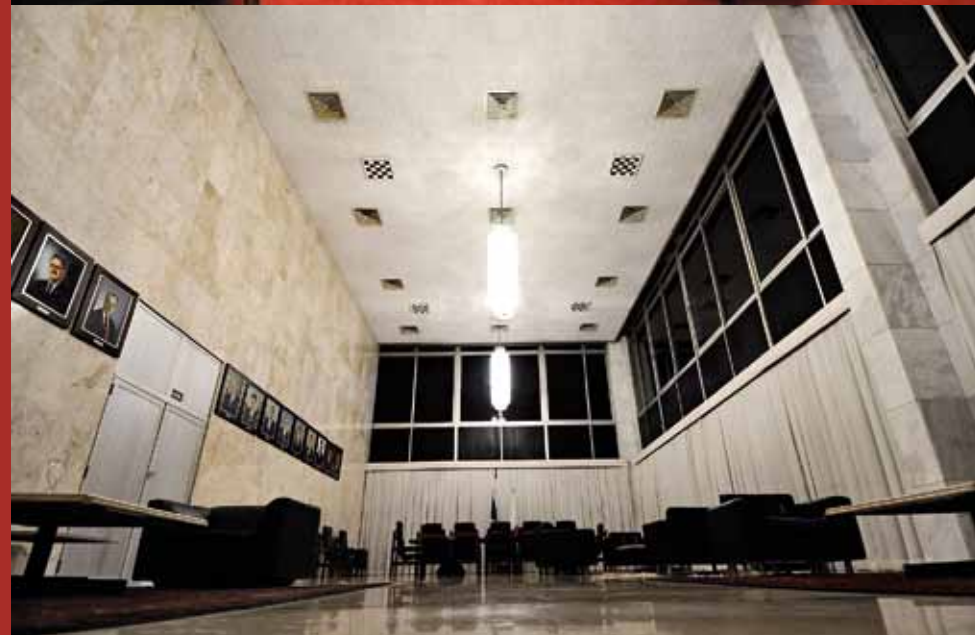
escolhido em concurso nacional –, com a proposta de um prédio grandioso e moderno. O edifício foi tomado pelo Patrimônio Público de Belo Horizonte em 2009.

No acervo do Palácio, destacam-se obras de arte e o mobiliário. Uma escultura em ferro fundido do artista plástico Amílcar de Castro, situada na área externa, marca ao mesmo tempo o bicentenário da Inconfidência Mineira e a instalação da Constituinte Estadual, em 1988.

Em 1990, a Assembleia inaugurou, ao lado do Palácio, o Edifício Tiradentes, que ampliou o espaço para a área administrativa e gabinetes parlamentares. No prédio principal, ainda há gabinetes, além do plenário, os plenarinhos, o auditório, o teatro, a biblioteca, os setores administrativos e um espaço para manifestações populares.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARÁ



Localizado no centro histórico da capital paraense, mas já bem próximo dos arranha-céus da Belém moderna, o prédio sede da Assembleia Legislativa do Pará é uma mistura dessas duas influências. Com linhas arquitetônicas históricas, o prédio original ganhou, com o passar dos anos, anexos modernos, inclusive com vidros espelhados.

O Palácio Cabanagem, que leva este nome em homenagem ao movimento de luta pela independência no Estado ainda no Império, é a sede do Legislativo estadual desde 30 de novembro de 1970. O prédio, no entanto, data de 1891, quando ali se instalou a Imprensa Oficial do Estado.

Antes de ganhar sua sede própria, a Assembleia ocupou vários prédios públicos, sobretudo conventos, desde quando ainda era denominada Assembleia Provincial, no século XIX. O seu endereço mais duradouro foi o prédio localizado no Paço Municipal, depois denominado Palácio Antônio Lemos, onde funcionou por várias décadas.

Esse palácio foi construído entre 1868 e 1883 para ser a sede do poder municipal. Em estilo neoclássico, é também conhecido como Palacete Azul. Tombado pelo Patrimônio Histórico, abriga hoje, no centro histórico de Belém, a prefeitura da capital e o Museu de Arte de Belém.

Em 1959, um incêndio atingiu suas dependências, obrigando os deputados a se transferirem, por oito meses, para o Teatro da Paz. A Assembleia retornou em seguida e permaneceria no Palácio Antônio Lemos por mais dez anos, até a inauguração da nova sede.









A Assembleia Legislativa da Paraíba era como um nômade, sem sede própria de 1835 – quando o Conselho Geral da província, criado pela Constituição outorgada por D. Pedro I, foi seu embrião – até 1970. Ocupou diversos prédios públicos, geralmente cedidos pelo Poder Executivo, a começar pelo edifício da Tesouraria da Fazenda, onde hoje funciona o Quartel da Polícia Militar.

Já no século passado, instalou-se no Teatro Santa Rosa, na antiga Escola Normal, no Palácio das Secretarias. Na década de 1960, recebeu o nome de Casa de Epitácio Pessoa, numa homenagem ao primeiro (e até agora único) paraibano a ocupar a Presidência da República.

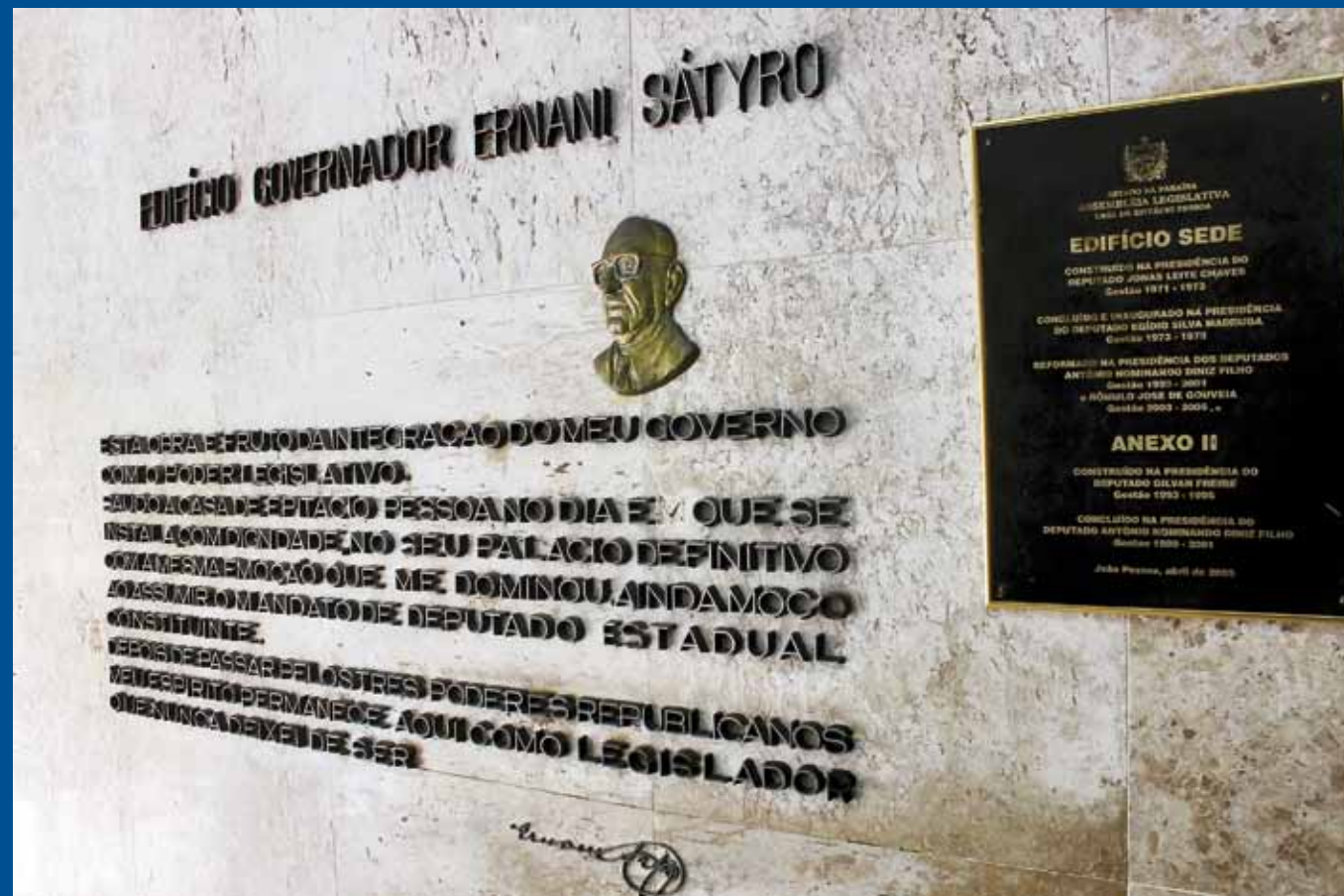
Finalmente, em 1973, a Assembleia passa a ter o seu próprio prédio, onde funciona até hoje, construído pelo então Governador Ernani Sátyro, também homenageado nas instalações da sede. Em estilo moderno, foi projetada por Tertuliano Dionísio e tem murais de artistas plásticos paraibanos.

Com 600 metros quadrados de terreno, ficou logo pequena para os trabalhos legislativos. Na década de 1980, incorporou um prédio, mas logo teve que dar sequência a essa ampliação, com a construção de um anexo, inaugurado em 1996.

A sede da Assembleia Legislativa da Paraíba fica no centro da capital, João Pessoa, na praça de mesmo nome, e mais dois anexos funcionam na Rua Duque de Caxias.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ

**E**m julho de 1854, reuniu-se a primeira Assembleia Provincial do Paraná, em uma casa que, mais tarde, daria lugar à Biblioteca Pública do Paraná, no centro da capital, Curitiba. Depois, já em meados do século passado, funcionou no Palácio Rio Branco, também na região central, ocupado hoje pela Câmara Municipal de Curitiba.

O prédio atual, cujo projeto, em estilo moderno, é do arquiteto Olavo Redig de Campos, está localizado no Centro Cívico. O setor, denominado Complexo Administrativo Aníbal Curi, está instalado numa área de mais de 43 mil metros quadrados. A Assembleia funciona desde 1963 neste conjunto, denominado Palácio 19 de Dezembro.

O primeiro dos três blocos do complexo abriga os gabinetes dos integrantes da Mesa Diretora e a administração da Casa; tem quatro pavimentos, forma de construção laminar, fachadas envidraçadas ou protegidas por brises. Uma rampa de acesso envidraçada, construída sobre pilotis, leva ao segundo anexo, onde estão localizados o plenário e o plenarinho.

O terceiro anexo, de dez andares e 10 mil metros quadrados de área construída, abriga os gabinetes dos deputados. Foi inaugurado em 1986. O complexo da Assembleia Legislativa do Paraná fica na Praça Nossa Senhora de Saete, no Centro Cívico de Curitiba.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O edifício-sede do Poder Legislativo de Pernambuco começou a ser construído em 1870 e foi inaugurado em 1875 com a denominação de Paço da Assembleia, na Rua da Aurora. Mais de cem anos depois, com o nome de Palácio Joaquim Nabuco – aprovado em 1948 em homenagem ao abolicionista pernambucano –, virou museu e preserva a história da Assembleia, cujas instalações foram aos poucos deslocadas para anexos próximos.

O Palácio integra uma tradição arquitetônica internacional neoclássica, característica do século XIX. Compõe-se de pátio externo com gradis, portões rendilhados, cúpula em metal, escadarias de pedra de Lisboa, estátuas (da Justiça, da Sabedoria, da Eloquência e da Jurisprudência). Conserva boa parte do mobiliário confeccionado nas décadas de 1870 e 1880 e outros trazidos do Forte do Matos, sede inicial da Assembleia Legislativa Provincial.

Em 1985, a Assembleia ganhou seu primeiro anexo, de seis andares, em estilo contemporâneo, na Rua da União. Em 1996, ambos recebem uma reforma geral, para receber o processo de informatização. Ainda na década de 1990, a Mesa Diretora promove a aquisição dos Anexos II, III e IV.

Nos anos 2000, a Assembleia constrói mais um anexo. Recebe, nesse período, certificações de qualidade e, no prédio da Escola do Legislativo, converte energia solar em elétrica. Os gabinetes dos deputados recebem novas instalações.

Em 2010, a sede do Parlamento pernambucano foi reconhecida como instituição museológica, um espaço de visitação pública e promoção de atividades culturais.









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**P**alácio Petrônio Portela – este é o nome da sede do Legislativo do Piauí, uma construção concluída em 1985, localizada às margens do rio Poti, na região conhecida como Centro Cívico, pois ali se localizam os tribunais e a Câmara Municipal.

Antes, a Assembleia ocupava um prédio no centro comercial da capital Teresina, a segunda capital do Estado (a primeira foi Oeiras), a partir de 1852. Alguns prédios da Praça das Bandeiras, como é conhecida a região em que se localizava a sede do Legislativo piauiense, datam do início do povoamento da capital.

Havia, há muitos anos, necessidade de transferir a sede da Assembleia, a exemplo de outros, que deixaram o centro da cidade. Na década de 1980, o governo do Estado doou o terreno, à beira do rio Poti, e começaram as obras.

O projeto arquitetônico da nova sede é de Acácio Gil Borsóí, um dos maiores nomes da arquitetura modernista brasileira (o mesmo do prédio da vizinha Assembleia maranhense). São características marcantes do prédio a cobertura em abóbadas cerâmicas e paredes de tijolos aparentes.

A Assembleia já passou por diversas reformas, a maior delas entre os anos de 2006 e 2008, quando foram construídos um anexo – destinado à TV Assembleia e às comissões técnicas – e o Cine Teatro Assembleia. Os gabinetes também sofreram modificações, para ampliar o espaço e melhorar as condições de trabalho dos funcionários e o atendimento à população.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parte significativa da história brasileira contemporânea teve lugar no Palácio Tiradentes, atual sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Sua estrutura substituiu a antiga Cadeia Velha – local onde Tiradentes viveu três anos enquanto aguardava sua execução – e que, a partir de 1826, passou a sediar também a Câmara dos Deputados.

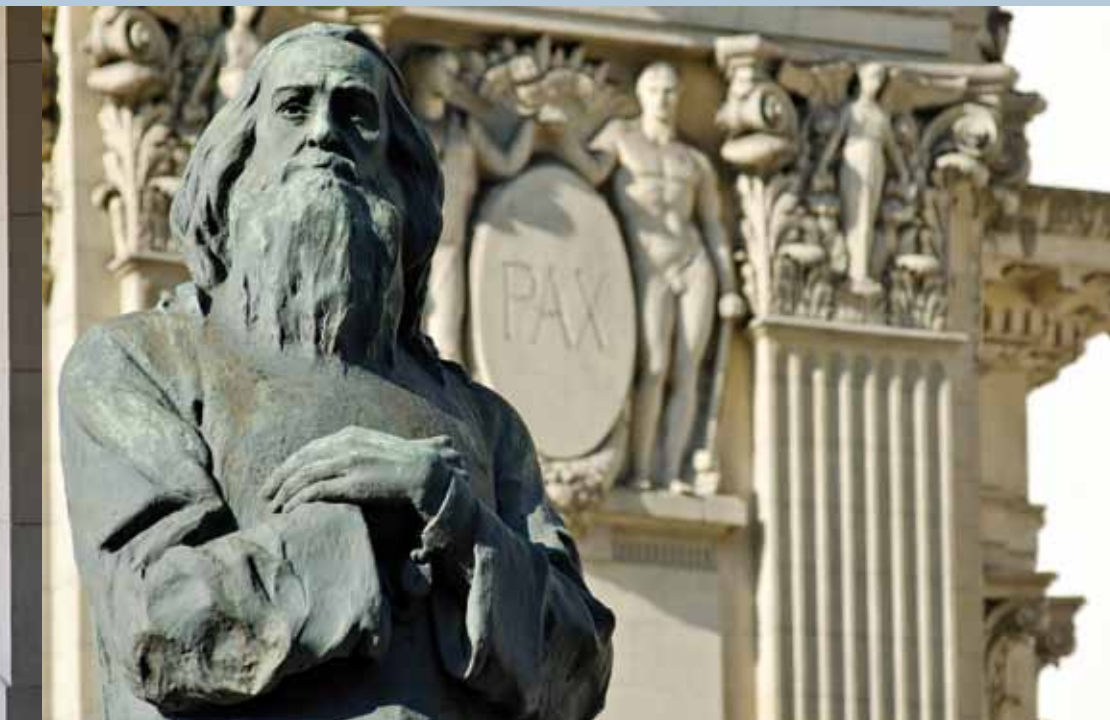
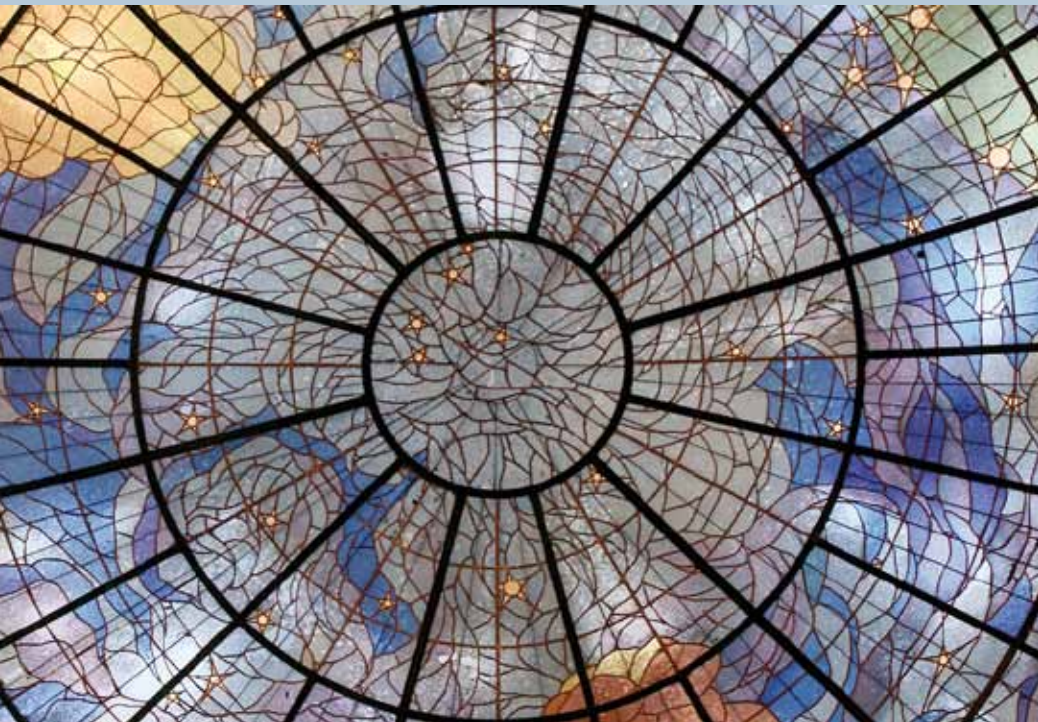
Durante o Governo Vargas, o Palácio teve outros ocupantes, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável por investigar e reprimir movimentos contrários ao Executivo. Em 1945, voltou a servir à Câmara dos Deputados. Ele ocupa uma área de aproximadamente 11 mil metros quadrados e foi projetado, em estilo eclético, por Archimedes Memória e Francisco Cuchet.

A partir de abril de 1960, com a transferência da capital para Brasília, o Palácio serviu de sede à Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara, ficou desocupado no período que a Assembleia Legislativa ocupou a antiga Câmara Municipal, na Cinelândia, e foi usado por diversos órgãos da administração pública.

Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, tornou-se sede da Alerj. Nele funciona a parte administrativa, ficando os gabinetes dos deputados localizados no Palácio 23 de Julho. Como não comporta todos os departamentos, o prédio possui dois anexos.

No interior do Palácio, um painel decorativo de Eliseu Visconti, executado em 1926, representa a primeira Constituição brasileira, de 1891. Restaurado em 2001, nele figuram em tamanho natural os retratos dos 63 constituintes.









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO NORTE

Como os outros estados mais antigos do País, o Rio Grande do Norte vive sua experiência do que seria depois a Assembleia Legislativa a partir de 1835, ou seja, há mais de 180 anos. Durante todo esse período, mudou de nome e de localização muitas vezes. Foi Assembleia Legislativa Provincial e Congresso Legislativo, entre outros.

Ocupou locais como o Edifício do Atheneu, ainda no século XIX, e o Palácio Amaro Cavalcanti, já em 1947. Até a sede própria foi longo o caminho, sobretudo no século passado, em que ocupou provisoriamente vários prédios.

Finalmente, em janeiro de 1983, ela foi inaugurada com o nome de Palácio José Augusto, um projeto de características modernistas, de autoria de Aírton de Vasconcelos. A Assembleia está localizada na Rua 7 de Setembro, na Cidade Alta.

Uma grande ampliação viria depois de vinte anos de uso: em dezembro de 2002, foi inaugurado um novo prédio, com instalações para as mais diversas finalidades, que aumentaram a área construída de 2.800 metros quadrados para 9.600 metros quadrados.

O novo prédio conta com os gabinetes dos deputados e da Mesa Diretora, instalações para as comissões técnicas e diversos setores administrativos, biblioteca, auditório, espaço cultural, salão nobre, salão de eventos e restaurante. Por todo esse conjunto, sem contar os servidores, circulam cerca de três mil pessoas por mês.









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A atual sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul é o Palácio Farroupilha, em homenagem à revolução de mesmo nome, e foi inaugurada em 1967, sete anos depois do início das obras e nove anos depois de um concurso nacional promovido para a escolha do projeto.

Antes, ocupou por 132 anos o Casarão da Rua Duque de Caxias, um dos prédios mais antigos de Porto Alegre (foi construído em 1790) e um dos cenários mais significativos de 200 anos da história do Estado. Depois, atravessou a rua para ocupar a nova sede.

O projeto do prédio atual, escolhido entre outros 220, é do arquiteto paulista Gregório Zolko. Tem características monumentais e combina materiais clássicos, como o mármore, e modernos, como o vidro e o alumínio. Uma das fachadas e os jardins são ornamentados com obras do escultor gaúcho Vasco Prado.

O prédio tem 12 andares (uma torre central de 40 metros de altura e dois blocos laterais de 20 metros de altura cada) e mais de 17 mil metros quadrados de área construída. Fica localizado na Praça da Matriz (ou Praça Marechal Deodoro), juntamente com outros prédios públicos, entre eles o Palácio Piratini, sede do Executivo.

O Palácio Farroupilha abriga o plenário, os gabinetes, as salas das comissões permanentes e um teatro. O antigo Casarão abriga hoje o Memorial do Legislativo, com a história do Parlamento gaúcho, que abriu as portas para a comunidade em 2010.











A atual sede da Assembleia de Rondônia era um Antigo hospital – salas onde antes pacientes eram atendidos receberam divisórias e foram transformadas em gabinetes. Vale lembrar que a primeira eleição em Rondônia na condição de estado ocorreu em 15 de novembro de 1982, quando foram escolhidos senadores, deputados federais e deputados estaduais, sendo que estes receberam a função de constituintes.

Assim, eles foram obrigados a improvisar, enquanto reformas e ampliações circunstanciais eram feitas no agora Palácio Teotônio Vilela. Sessões iniciais da Assembleia Constituinte – que durou de 1º de fevereiro a 6 de agosto de 1983 – tiveram que ser realizadas num ginásio de esportes.

No início, segundo funcionários que lá trabalhavam, ainda era possível sentir “cheiro de hospital” em diversos pontos do prédio. A estrutura original foi mantida até a segunda legislatura, quando houve uma reforma mais ampla e a construção de anexos.

Outras reformas se sucederam e o plenário foi equipado com um painel eletrônico para registrar a presença e os votos dos parlamentares. Novos anexos também tiveram que ser feitos para abrigar departamentos.

A nova sede da Assembleia, porém, já está a caminho. A ordem de serviço para a retomada das obras, paralisadas por um período, já foi assinada e estima-se a sua conclusão para 2014. A construção fica na antiga área do arraial Flor de Maracujá, próximo ao Centro Administrativo, onde já se localizam a sede do Governo, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Trabalho. O novo prédio deverá contar com 15 andares.

A sede atual é próxima ao rio Madeira, onde a capital Porto Velho começou. Ali funcionava o Hospital e Maternidade São José, pertencente à Prelazia de Porto Velho, que foi transferido para dar lugar à Assembleia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RONDÔNIA











Território federal, Roraima passou à condição de Estado com a promulgação da Constituição de 1988. A primeira eleição se deu em 3 de outubro de 1990 e a primeira legislatura iniciou-se no dia 1º de janeiro do ano seguinte, com os 24 deputados estaduais tendo como prioridade a elaboração da Constituição estadual.

Na segunda legislatura, porém, o número de deputados estaduais sofreu uma redução, passando de 24 para 17, mas voltou ao número anterior na legislatura seguinte.

A Assembleia Legislativa funcionava, então, no Palácio da Cultura. Posteriormente, passou a ocupar a sede própria, o Palácio Antônio Augusto Martins, que sofreu ampla reforma e ampliação e foi reinaugurado em 15 de dezembro de 2010.

Seu plenário tem mil metros quadrados e capacidade para 400 pessoas. Os gabinetes são distribuídos em duas torres de quatro andares, com acesso por elevadores e rampas para pessoas com necessidades especiais. Um “plenarinho”, com 200 lugares, é utilizado para videoconferências e outros eventos.

A Assembleia dispõe de espaço para exposições e eventos culturais, no qual se destacam obras de artistas locais e um busto em homenagem ao Deputado Federal Antônio Augusto Martins, que dá nome ao prédio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RORAIMA









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

A história do Poder Legislativo de Santa Catarina também remonta a 1835, mas os dados históricos sobre sua sede são contraditórios. O mais provável é que tenha ocupado o atual prédio da Câmara Municipal de Florianópolis, que tem mais de 200 anos. Há registro também de sessões na Catedral Metropolitana e na Câmara e Cadeia, na Praça XV de Novembro. No século passado, a exemplo de outros Legislativos estaduais, perambulou por diversos locais.

Em 1910, foi construída a primeira sede, na Praça Pereira Oliveira. Em 16 de setembro de 1956, porém, uma tragédia: o prédio foi destruído por um incêndio, que levou também documentos que continham 125 anos de história.

Depois disso, por 14 anos, ocupou o Quartel da Polícia Militar (depois de uma breve passagem pelo Teatro Álvaro de Carvalho).

Em 14 de dezembro de 1970, finalmente é inaugurado o Palácio Barriga Verde, na baía sul da capital Florianópolis, em frente à Praça da Bandeira. De 11 mil metros quadrados, depois de ampliações e reformas, a Assembleia passou a ter mais de 15 mil metros quadrados de área construída.

Nos corredores e demais ambientes, estão mais de 200 obras de arte, entre pinturas, gravuras e esculturas de artistas brasileiros e estrangeiros. Por essas instalações, que contêm inclusive equipamentos para garantir a acessibilidade, circulam mais de duas mil pessoas por mês.

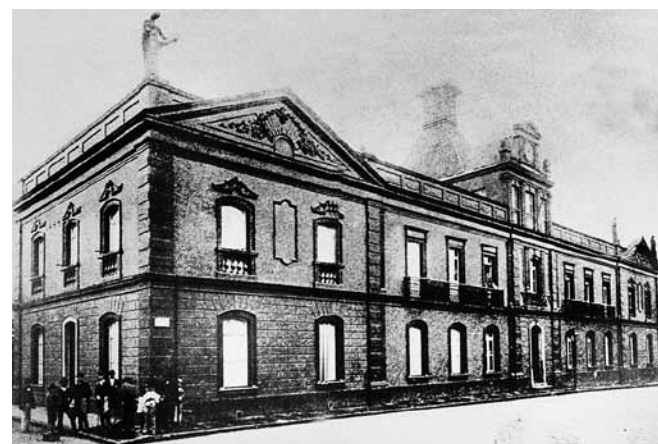
O nome do Palácio – Barriga Verde – é uma referência à alcunha concedida aos catarinenses na Guerra do Paraguai, por causa da cor do cinturão de sua farda.











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desde 1835, o Poder Legislativo de São Paulo ocupou apenas quatro sedes: o Colégio dos Jesuítas, no Pátio do Colégio; o Casarão do João Mendes; o Palácio das Indústrias, no Parque D. Pedro II, onde funcionou de 1947 até 1968; e o Palácio 9 de julho – assim batizado em homenagem ao dia do início do movimento constitucionalista de 1932 e da promulgação da Constituição estadual de 1947, onde funciona atualmente.

A nova sede fez-se necessária por causa do aumento do número de deputados. A sua inauguração em 25 de janeiro de 1968, foi em homenagem à cidade de São Paulo, que comemorava 414 anos.

Para a época, o projeto do Palácio 9 de Julho era monumental (consumiu mais de cinco anos de trabalho) e inovador. De autoria dos arquitetos Adolpho Rubio Moraes e Fábio Kok de Sá Moreira, segue a escola modernista, influenciada pelo estilo de Oscar Niemeyer.

O edifício, de 36 mil metros quadrados, é uma construção retangular, em um único bloco, revestida de granito cinza e mármore branco. Estruturas de vidro e metal compõem, com as grandes rampas, o ambiente. Ele foi ampliado em 2009, contando hoje com área construída de mais de 50 mil metros quadrados. O projeto original, que inclui o prédio e todo o seu interior, está preservado no Acervo Histórico da Assembleia.

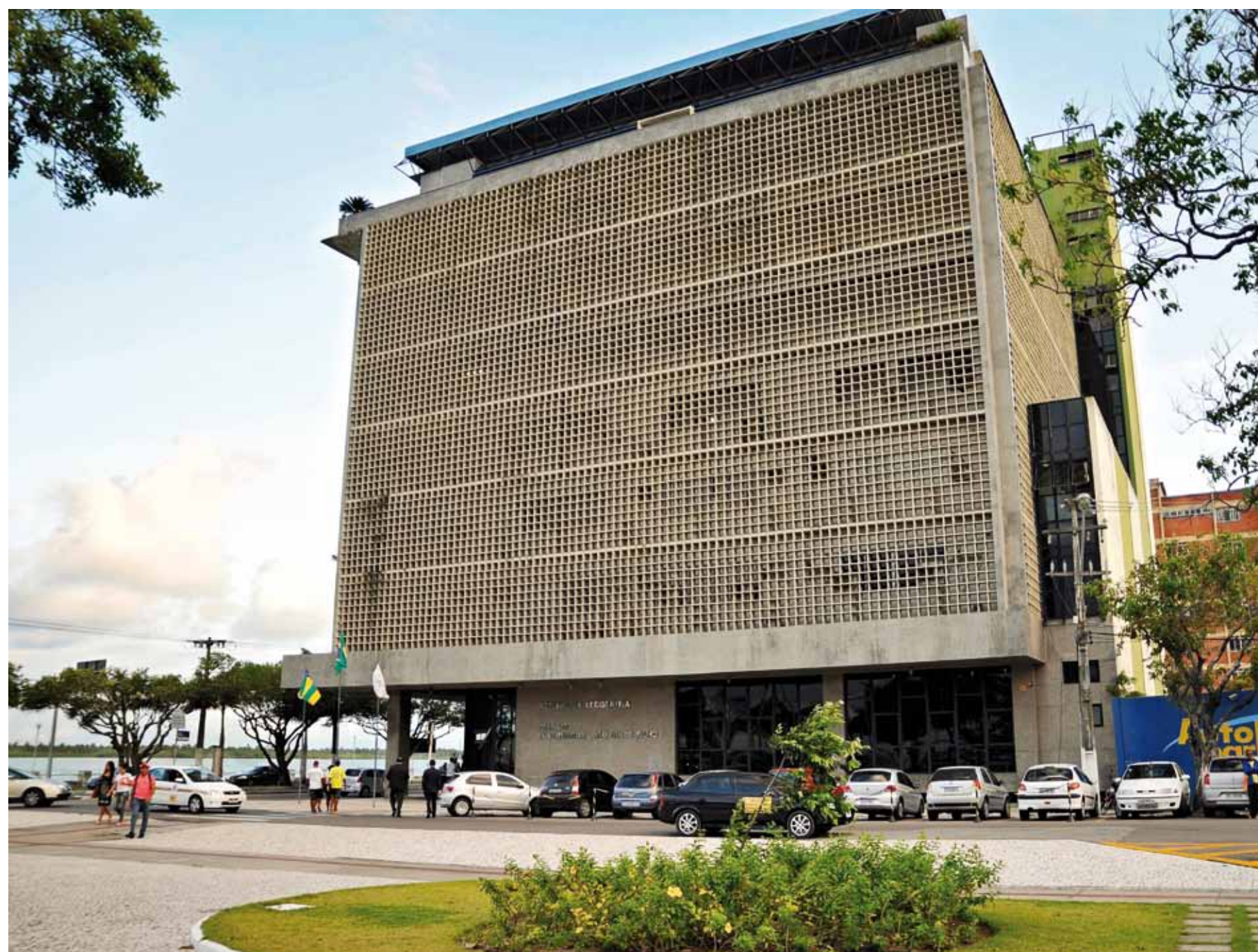
O Palácio 9 de julho fica em frente ao Parque Ibirapuera, em frente ao qual fica a entrada principal, mas há outras três. No Hall Monumental, ocorrem algumas das mais importantes cerimônias cívicas do Estado.









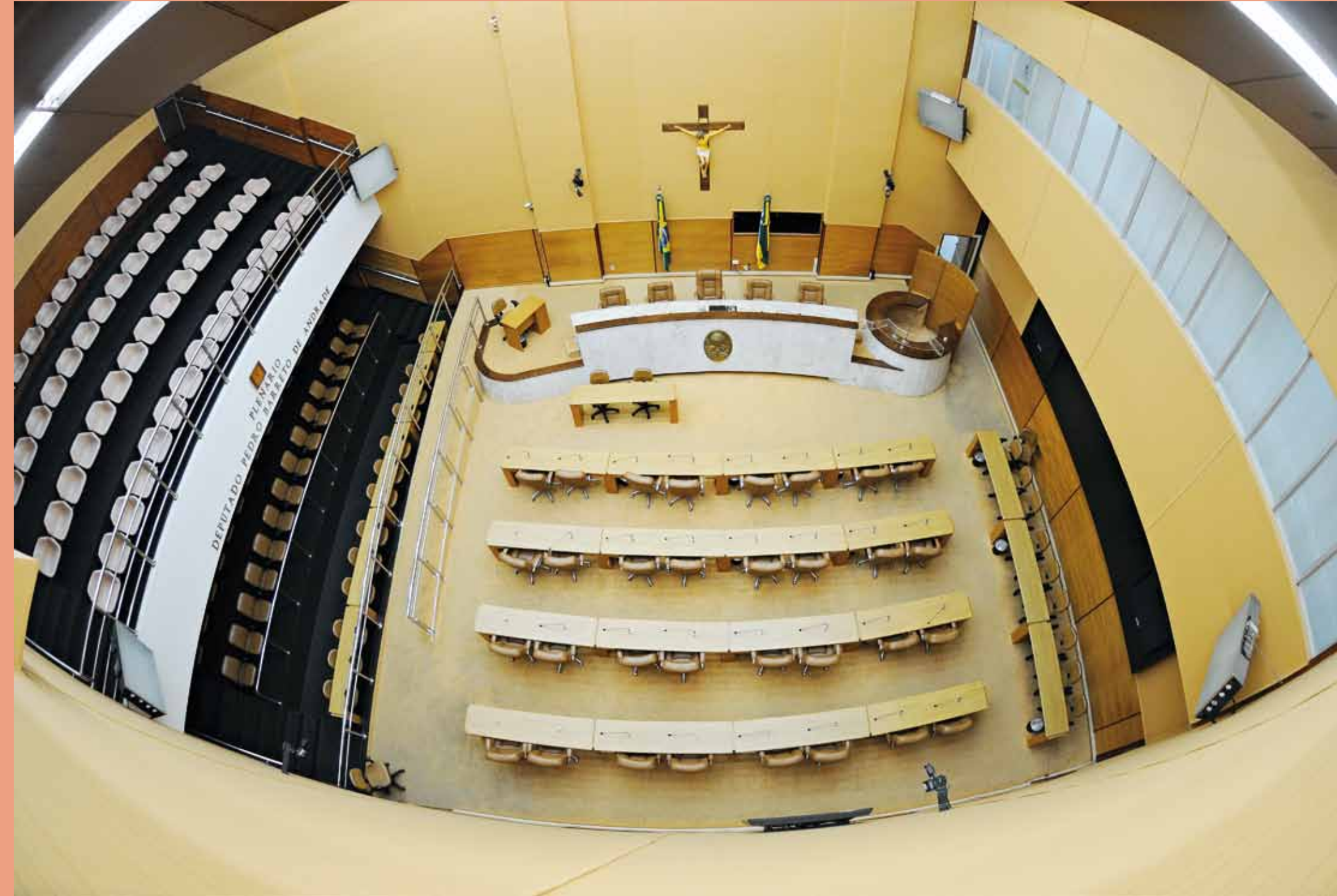


O crescimento de Aracaju está intimamente ligado à história da Assembleia Legislativa de Sergipe, desde 1855, quando a capital foi transferida de São Cristóvão para lá. A Praça do Palácio, onde foi construída a sede da Assembleia, transformou-se no motor do crescimento da cidade.

Muitos anos depois, com o desenvolvimento do Estado, Aracaju experimentou uma forte modernização, que incluiu também o Poder Legislativo. Em conjunto com o Governo Estadual, a Mesa Diretora empreendeu a construção de um novo prédio para a Assembleia, que foi inaugurado em 9 de maio de 1987, recebendo a denominação de Palácio Governador João Alves Filho.

A sede atual abriga, além do plenário e das salas das comissões, outros setores que foram incorporados mais recentemente, como a TV Assembléia, a Escola do Legislativo e um memorial, chamado Deputada Quintina Dinis, em homenagem à primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia, e um auditório para 150 pessoas.









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE TOCANTINS

A Assembleia Legislativa do Tocantins é uma das mais novas da Federação: foi instalada em 1º de janeiro de 1989, na cidade de Miracema do Norte, capital provisória do novo Estado. Mesmo sem as condições adequadas, a cidade abrigou todos os Poderes; até um anexo chegou a ser construído para melhor acomodar parlamentares e servidores.

Em janeiro de 1990, já promulgada a Constituição do Estado, houve a transferência dos Poderes para Palmas, a nova capital. Mais uma vez, a Assembleia funcionou em sede provisória, numa construção de madeira, com limitações ao seu funcionamento.

A transferência para a sede atual, o Palácio Deputado João D'Abreu, se deu em outubro de 1995. O prédio do Legislativo tocantinense está localizado na Praça dos Girassóis, marco central de Palmas, onde também se

encontram o Palácio Araguaia, sede do Executivo, e o Palácio Rio Tocantins, sede do Tribunal de Justiça.

O projeto, do arquiteto Walfredo Antunes de Oliveira Filho, é em estilo contemporâneo, escolhido para atender às características de funcionalidade a que se destinava. O acabamento em tijolos e os arcos, segundo ele, tem o objetivo de criar identidade entre a sede do Legislativo e outras obras arquitetônicas do Estado.

O prédio, com instalações amplas e confortáveis, possui três pavimentos e um subsolo. Plenário, galerias, gabinetes, auditório, departamentos administrativos, entre outros, dividem-se pelos andares. No segundo pavimento, destaca-se uma galeria com fotos e objetos históricos – um pequeno acervo que, aos poucos, vai tomando forma como museu do Legislativo tocantinense.









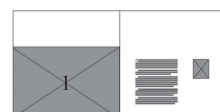
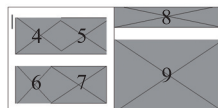


# Créditos



## Congresso Nacional

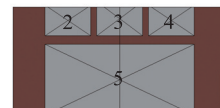
Fotos: 1,2 - Reynaldo Stavale; 3,9 - Ueslei Marcelino; 4,6 - Paula Cinquetti; 5,8 - Pedro França; 7 - Cléber Medeiros;



## AP

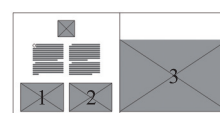
Fotos: 1,2,3,4,5- Gerson Barbosa/Jaciguara Cruz

Colaboradores: Marsylla Tavares e Miguel Gil Pinheiro Borges



## Senado Federal

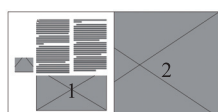
Fotos: 1 - Waldemir Barreto; 2 - Pedro França; 3 - Geraldo Magela; 4,5 - Ana Volpe; 6 - José Cruz; 7 - Rodrigo Viana; 8 - Jane de Araújo; 9 - Célio Azevedo



## AM

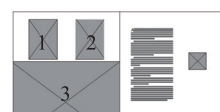
Fotos: Cedidas pela ALAM

Colaboradores: Augustus César e Edmar Perrone



## Câmara dos Deputados

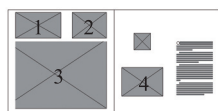
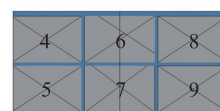
Fotos: 1,3 - Ana Volpe; 2 - Ueslei Marcelino; 4 - Janine Moraes; 5 - Luiz Alves; 6 - Lia de Paula; 7,8,9,11 - Pedro França; 10 - Geraldo Magela



## BA

Fotos: 1,2,3,4,5,6,7,8,9- Carlos Amilton Oliveira de Moraes/Paulo Mocofaya

Colaboradores: Rita e Alex



## AC

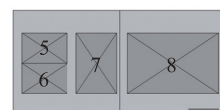
Fotos: Cedidas pela ALAC  
Colaborador: Paulo Luiz



## CE

Fotos: 1,2,4 – Acervo ALCE; 3 – Giorgia Santiago; 8- Dário Gabriel; 5,6,7 - Cedido pela A.L.C.E.

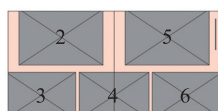
Colaborador: Andrea Fontenele



## AL

Fotos: 1- Paulo Nicácio; 2,3,4,5,6 - Thiago Sampaio

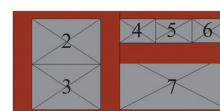
Colaboradores: Joaldo Cavalcante e Aurélio Novaes



## DF

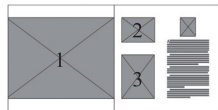
Fotos: 1,2,3,5,7 - Sílvio Abdon; 4,6 - Paula Cinquetti

Colaborador: José Coury

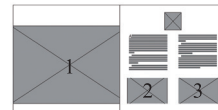
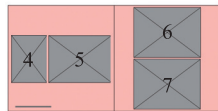




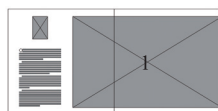
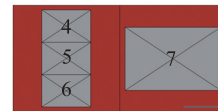
# Créditos



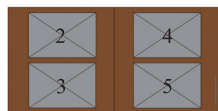
ES  
Fotos:1,2,4,5,6,7 - Antonio Carlos Sessa;  
3 - Acervo do Centro de Memória ALES  
Colaborador: Veronika Salazar



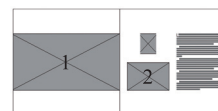
MG  
Fotos:1,4 - Guilherme Bergamini; 2,3 -  
Arquivo ALMG; 5,7 - Guilherme Dardanha; 6  
- Willian Dias  
Colaboradores: Daniela Farias, Marcia  
Milton e Alaôr Messias Marques Júnior



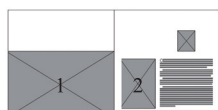
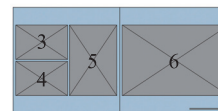
GO  
Fotos:1,2,3\* - Sérgio Rocha; 4,5 -  
Yocihar Maeda.  
Colaborador: Cida Mendonça



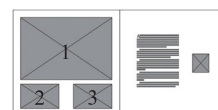
\* Exposição do artista Constantino Leon, natural de Uberaba, Minas Gerais, ocorrida em março de 2008 através do Programa Terça Cultural da Assembleia Legislativa de Goiás.



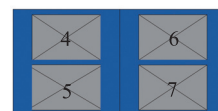
PA  
Fotos: 1,2,3,4,5,6- Ozéas Silva  
Colaborador: Dina Santos



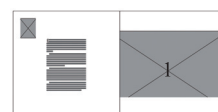
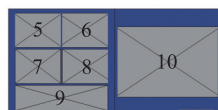
MA  
Fotos: 1,3,5,6,7- JR Lisboa; 2- Gaudêncio  
Silva; 4- Raciele Olivas  
Colaboradores: Heraldo Marinelli e Ivan  
Sarney  
Texto: Ivan Sarney



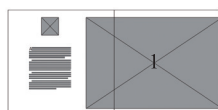
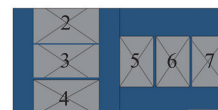
PB  
Fotos:1 - Arnóbio S. Costa; 2,3 - Walfredo  
Rodrigues (acervo Gilberto Stuckert); 4,5,6,7 -  
Josivan Gomes  
Colaboradores: Maria Helena Toscano e  
Augustus Peixoto



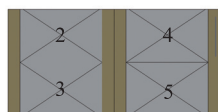
MT  
Fotos:1,7 - Fablício Rodrigues;  
Ilustrações 2,3,4 - Moacyr de Freitas(arquiteto);  
5 - Jupirany Devillart; 6,8 - Widson Maradona;  
9 - Isis Catarina Martins Brandão; 10 - Ronaldo  
Mazza  
Colaboradores e Texto: Sérgio Pasinato  
e Isis Brandão



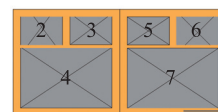
PR  
Fotos: Cedido pela ALPR



MS  
Fotos:1,2,3,4,5 - Roberto Higa  
Texto: Escola do Legislativo da ALMS  
Colaboradores: Maria das Dores e  
Cristiane

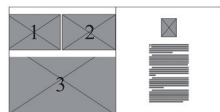


PE  
Fotos: 1,2,3,4,5,6,7 - Max Branco  
Colaborador: Luiz Henrique Farias

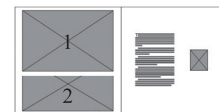




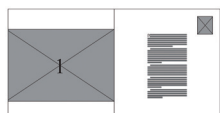
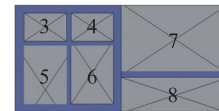
# Créditos



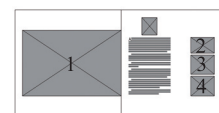
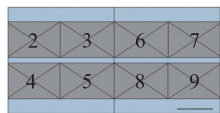
PI Fotos: 1,2,3,4,5,6,7,8,9 - Caio Bruno  
Colaborador: Katya D'Angelles



RR Fotos: 1,8 - Platão Arantes; 2 - Raimundo de Castro Barros; 3,5,7 - Charles Wellington; 4,6 - Abraão Borges  
Colaborador: Adriana Cruz



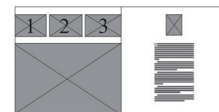
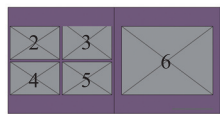
RJ Fotos: 1 - GM; 2,3,4,6,7,8,9 - Rafael Wallace; 5 - Mauro Prime  
Colaborador: Fernanda Galvão



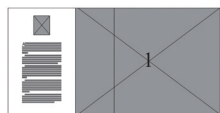
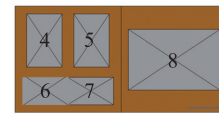
SC Fotos: 1,2,6,7,10 - Miriam Zomer; 3,4 - Acervo ALSC; 5,8 - Carlos Kilian; 9 - Fábio Queiroz  
Colaborador: Rosana Cajuela



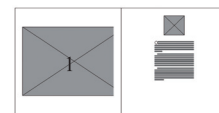
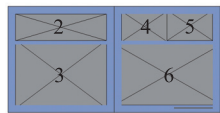
RN Fotos: 1,2,3,4,5,6 - João Gilberto e Moraes Neto  
Colaboradores: Ana Carla e Assessoria de Comunicação ALRN



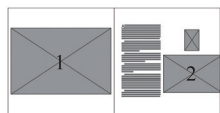
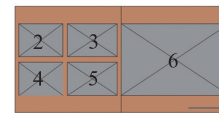
SP Fotos: Cedido por ALSP  
Colaborador: Naiara Almeida  
Texto: Marta Rangel



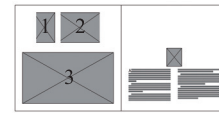
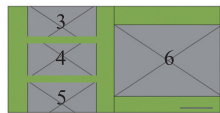
RS Fotos: 1,3,6 - Marco Couto; 2,5 - Marcos Barrone; 4 - Acervo ALRS  
Colaborador: Luis Antônio Costa da Silva



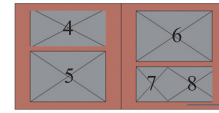
SE Fotos: 1,2,3,4,5,6 - Maria Odília  
Colaborador: Maria Odília



RO Fotos: 1,6 - Eliênio Nascimento; 2 - Marcos Grutzmacher; 3,5 - Marisvaldo José; 4 - José Hilde  
Colaborador: Carlos Neves



TO Fotos: 1,2 - Arquivo ALTO; 3,4,5,6,7,8 - Koró Rocha  
Colaborador: Silvio Itacaja











SENADO FEDERAL

MESA DIRETORA

Senador José Sarney  
Presidente

Senador Anibal Diniz  
1º Vice-Presidente

Senador Waldemir Moka  
2ª Vice-Presidente

Senador Cícero Lucena  
1º Secretário

Senador João Ribeiro  
2º Secretário

Senador João Vicente Claudino  
3º Secretário

Senador Ciro Nogueira  
4ª Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Casildo Maldaner  
Senador João Durval  
Senadora Maria do Carmo Alves  
Senadora Vanessa Grazziotin

Doris Marize Romariz Peixoto  
Diretora-Geral

Claudia Lyra Nascimento  
Secretária-Geral da Mesa





**Diretor Nacional do Interlegis**  
Senador Cícero Lucena

**Diretor da Secretaria Especial do Interlegis**  
Haroldo Feitosa Tajra

**Diretora Adjunta da Secretaria Especial do Interlegis**  
Mariângela Cascão Pires e Albuquerque

**Subsecretaria de Administração**  
Claudio Alves Cavalcante

**Subsecretaria de Apoio Técnico e Relações Institucionais**  
Suélio de Sousa e Silva

**Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo**  
Francisco Etelvino Biondo

**Subsecretaria de Planejamento e Fomento**  
João Marcelo de Castro Novais

**Subsecretaria de Tecnologia da Informação**  
Ricardo de Oliveira Ramos





AC



AL



AP



AM



BA



CE



DF



ES



GO



MA



MT



MS



MG



PA



PB



PR



PE



PI



RJ



RN



RS



RO



RR



SC



SP



SE



TO



Congresso Nacional



[www.interlegis.leg.br](http://www.interlegis.leg.br)